

As vitórias e derrotas que marcaram a história do Oscar

Livro de redator da “New Yorker” é um supletivo na história de quase um século do cinema dos EUA a partir de momentos marcantes da premiação anual da Academia

Por Amir Labaki

Formado em Cinema pela ECA-USP, é diretor do É Tudo Verdade – Festival Internacional dos Documentários, que fundou em 1996

Valor, 16/01/2024

A temporada de prêmios cinematográficos nos EUA esquentava de vez na próxima terça-feira (23) com o anúncio das indicações ao Oscar. Diante das listas de concorrentes já reveladas pelos prêmios dos sindicatos dos atores (SAG), diretores (DGA) e produtores (PGA) e da premiação em busca de redenção do Globo de Ouro no último dia 7, o sombrio “Oppenheimer”, de Christopher Nolan, parece consolidado como o favorito do ano.

Mesmo se você não liga para o Oscar, teria a ganhar com a leitura de “Oscar Wars: A History of Hollywood in Gold, Sweat, and Tears” (Guerras do Oscar: Uma história de Hollywood em ouro, suor e lágrimas), do redator da “New Yorker” Michael Schulman (Harper, 608 págs, US\$ 20, inédito em português). Schulman entrega o que propõe no subtítulo: um supletivo na história de quase um século do cinema dos EUA a partir de momentos marcantes da premiação anual da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood.

Como o autor anuncia na largada, não se trata de “uma história de cada Oscar anual”, mas sim de “uma coleção de historietas, cada uma representando um ponto de virada para a Academia, para os filmes ou para a cultura em geral”. Escrito entre 2018 e 2022, o livro se estrutura em 11 capítulos, além de introdução e posfácio.

A sacada é a abordagem multifacetada da premiação. Schulman a enfoca em exames da evolução institucional da Academia, das disputas específicas entre títulos e artistas e das mudanças econômicas, sociais e tecnológicas, na indústria audiovisual e no mundo como um todo, a um só tempo espelhadas e retroalimentadas por alterações na própria dinâmica da distinção.

“Os Oscars, deve ser dito para começar, estão sempre errando”, reconhece Schulman logo na primeira linha. “O propósito ostensivo dos Prêmio da Academia é honrar a excelência em filmes”, prossegue. “Mas esse objetivo elevado é o que Alfred Hitchcock teria chamado um MacGuffin — o dispositivo de enredo que detona o verdadeiro drama.”

Um parágrafo inteiro é então dedicado a respostas variadas quanto ao que é o Oscar. Uma celebração artística, uma festa da indústria, um estratagema de marketing, um jogo, uma relíquia, um show de moda, uma orgia autocongratatória. Schulman argumenta que é algo

mais também: “uma batalha de campo onde forças culturais colidem e na qual os vitoriosos não são sempre tão evidentes como os nomes tirados dos envelopes”.

A entrega de uma premiação anual não foi o catalisador primeiro da fundação da Academia, em janeiro de 1927. Liderada por Louis B. Mayer (1884-1957), um dos produtores fundadores da Metro-Goldwyn-Mayer, a organização surgiu com os objetivos de, por um lado, promover a arte e as ciências do cinema, e, por outro, mediar as crescentes pressões sobre já uma das cinco principais atividades industriais dos EUA das então nascentes entidades sindicais de profissionais como atores, diretores e roteiristas.

A ideia da atribuição de “prêmios de mérito”, citada no manifesto inicial dos 37 membros-fundadores de maio de 1927, foi concretizada apenas no jantar em Los Angeles celebrando o segundo aniversário da entidade, em 16 de maio de 1929.

Desenhada pelo designer Cedric Gibbons e manufaturada pelo escultor George Stanley, a estatueta foi entregue a 15 vencedores, incluindo dois prêmios especiais atribuídos a Charles Chaplin, por “O Circo”, e à Warner Bros., pelo lançamento que “revolucionou a indústria” como primeiro longa-metragem sonoro, “O Cantor de Jazz”.

O acrobático drama de guerra “Asas”, de William A. Wellman, inaugurou a lista dos premiados como melhor filme, reunindo somente e pela única vez produções silenciosas.

Alguns capítulos mergulham em competições pontuais que marcaram história: a derrota de “Cidadão Kane”, de Orson Welles, por “Como Era Verde o Meu Vale”, de John Ford, em 1942; a tripla disputa pelo prêmio de melhor atriz de 1951 entre Gloria Swanson (“Crepúsculo dos Deuses”), Bette Davis (“A Malvada”) e a vencedora Judy Holiday (“Nascida Ontem”); o triunfo da contracultura em 1970 pela consagração de “Perdidos da Noite”, de John Schlesinger; o auge do jogo pesado do ignóbil Harvey Weinstein (Miramax) ao levar em 1999 “Shakespeare Apaixonado”, de John Madden, a superar o favorito “O Resgate do Soldado Ryan”, de Steven Spielberg; a afirmação mesmo que tardia de maior diversidade, em plena eclosão do movimento #Oscars SoWhite, com “Moonlight: Sob a Luz do Luar”, de Barry Jenkins, batendo em 2017 “La La Land”, de Damien Chazelle.

Schulman dedica um dos mais longos capítulos a recuperar a vexaminosa tradição discriminatória do Oscar quanto a artistas afro-americanos (e não brancos, em geral) prévia às radicais mudanças recentes em prol de maior diversidade étnica, recuperando a trajetória de três atores negros pioneiros em premiações nas primeiras sete décadas da Academia: Hattie McDaniel, a primeira afro-americana vencedora, melhor atriz coadjuvante, em 1940, por “E o Vento Levou”; Sidney Poitier, o primeiro ator negro vitorioso na categoria principal, por “Uma Voz nas Sombras”, em 1964; e Halle Berry, a primeira ganhadora negra como melhor atriz, em 2002, por “A Última Ceia”.

A outra narrativa de maior extensão recorda a também nada edificante cumplicidade da Academia com a caça às bruxas do macartismo, entre 1947 e 1960, por meio das trajetórias, entre listas de proibição, prisões e trabalhos por pseudônimo, dos roteiristas Carl Foreman (“Matar ou Morrer”, 1952), Dalton Trumbo (“A Princesa e o Plebeu”, 1953) e Michael Wilson (“Sublime Tentação”, 1956). A provável consagração de “Oppenheimer”, outra vítima da histeria anticomunista da Guerra Fria, teria assim uma dimensão de mea-culpa.